

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E ENSINO RELIGIOSO: UMA PROPOSTA INTEGRADA

History, Geography and Religious Education: A Proposal Integrated

*Sérgio Rogério Azevedo Junqueira¹
Edile Maria Fracaro Rodrigues²
Débora Toniolo Rau³*

Resumo

Compreendida como um direito de todos, dever do Estado e da família em colaboração com a sociedade, a Educação no Brasil é caracterizada pela igualdade de condições, pelo respeito à pluralidade de idéias e pela valorização do patrimônio cultural. No processo de apropriação do conhecimento é preciso estabelecer o diálogo entre o sujeito e os saberes do espaço que ocupa, considerando as emoções e o contexto. Nessa proposta, o professor assume uma nova perspectiva de instigar seus alunos a questionar o cotidiano, a investigar novos elementos para construir o conhecimento, superando o processo de apenas repetir informações. Propor que temas como trabalho, sociedade e cultura sejam articulados para colaborar na formação da identidade nacional desses sujeitos do conhecimento permite a compreensão do espaço e tempo que o ser humano ocupa. Para tal, a interdisciplinaridade entre História, Geografia e Ensino Religioso levará a uma reflexão sobre a diversidade sociocultural e a uma reverência aos que compreendem o mundo de forma diferente do que aprenderam, pois ocupam espaços geográficos diferentes. Esta é a conquista construída, ou melhor, em construção, por pessoas que acreditam na responsabilidade de todos os cidadãos brasileiros.

Palavras-chave: Educação; Ensino religioso; Ensino fundamental; Séries iniciais; Metodologia; Projetos.

¹ Doutor em Ciências da Educação – Programa de Ensino Religioso pela Universidade Pontifícia Salesiana de Roma (Itália), Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR, Líder do Grupo de Pesquisa Educação e Religião; Membro da Comissão de Capacitação Docente do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCPR. Professora do ISEPE. deborarau@gmail.com

Understood as a right of all, to have of the State and the family in contribution with the society, the Education in Brazil is characterized by the equality of conditions, the respect to the plurality of ideas and by the valuation of the cultural patrimony. In the process of appropriation of the knowledge she is necessary to establish the dialogue between the citizens and to know them of the space that occupies, considering the emotions and the context. In this proposal, the professor assumes a new perspective to instigate its pupils to question the daily one, to investigate new elements to construct to the knowledge, surpassing the process of only repeating information. To consider that subjects as work, society and culture are articulated to collaborate in the formation of the national identity of these citizens of the knowledge allow to the understanding of the space and time that the human being occupies. For such, the interdisciplinary between History, Geography and Religious Education will lead to a reflection on the sociocultural diversity and to a reverence to that they understand the world of different form of that they had learned, therefore occupy different geographic spaces. This is the conquest constructed, or better, in construction, for people who believe the responsibility of all the Brazilian citizens.

Keywords: Education; Religious education; Basic education; Methodology; Projects.

Educação e escola: a formação de uma sociedade

Uma das ações humanas compreendidas como significativa é a educação. Percebida de formas e intenções diversas, é com certeza foco dos governos, dos empresários e da sociedade como um todo. Por exemplo, a compreensão e vivência da formação cidadã como prática social e política envolve a educação. Um posicionamento crítico, consciente e responsável diante dos diferentes problemas sociais pode ser alcançado por intermédio de uma proposta educacional séria e articulada, em que o estudante se perceba como partícipe. Uma primeira definição é optar por homogeneizar os programas ou valorizar e tornar viável a pluralidade de idéias. Centrar o processo no conteúdo ou na contínua discussão das informações gera um conhecimento analítico e crítico do saber que se apresenta nos diferentes segmentos escolares, sempre considerando o conhecer científico e o saber popular.

O avanço notável dos meios de comunicação tem contribuído para a banalização das informações que se apresentam desatualizadas a cada segundo. Antes elas chegavam aos poucos e eram mais facilmente assimiladas, compreendidas e mantidas nas lembranças. É preciso, portanto, estabelecer critérios de seleção das informações e articulá-las como conhecimento visando o que cada um pretende conhecer. Esse é o desafio a ser enfrentado, especialmente por aqueles que estão envolvidos no processo de escolarização.

Em uma passagem da sociedade industrial para uma sociedade de informações, cujo desenvolvimento tecnológico, com ênfase nas tecnologias da informação, se faz necessário favorecer a releitura das informações por meio do manejo consciente do universo vocabular do estudante. Isso fará com que este possa pensar e agir sobre os objetos, sendo estimulado a desenvolver um raciocínio intuitivo e dedutivo, assim como a explicitações de caráter divergentes ou convergentes. Conceitos como globalização, trabalho a distância e formação em rede estão cada vez mais presentes e representam desafios futuros para a sociedade, já que estão sendo geradas mudanças extraordinárias no espaço em que vivemos.

De fato, a educação é uma ação que provoca os líderes de todas as concepções. Compreendida como um direito de todos, dever do Estado e da família em colaboração com a sociedade, a Educação no Brasil é caracterizada pela igualdade de condições, pelo respeito à pluralidade de idéias e pela valorização do patrimônio cultural. A Educação nacional está organizada em básica e superior e nossa atenção é sobre a primeira. Essa fase de escolarização está organizada em educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Entendemos que a educação escolar está caracterizada por tensões e é preciso recuperar as relações entre o global e o local, o espiritual e o material, o universal e o particular, a tradição e a modernidade. Diante desta reflexão, foi proposta para o Brasil uma educação básica com finalidade de desenvolver o educando, assegurando uma formação comum para a cidadania e fornecendo meios para o trabalho e estudos posteriores (Art. 22, Lei 93994/96).

No caso do Ensino Fundamental e Médio, os currículos estão organizados por uma base nacional comum e uma parte diversificada. Enquanto a primeira visa estabelecer elementos com uma visão global do estudante brasileiro, a segunda valoriza as características regionais e locais da sociedade, a cultura e a economia (Art. 26, Lei 9394/96).

Entre as áreas do conhecimento que compõem a base nacional encontram-se o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico, natural e a realidade sociopolítica, especialmente do Brasil. Colaborando com a promoção do desenvolvimento cultural dos estudantes encontra-se o ensino de Arte. Outra área presente é a Educação Física, que está integrada à proposta pedagógica das escolas. O ensino da História do Brasil considera as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. Resgatando a história nacional, destaca-se a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política. O estudo de língua estrangeira é parte diversificada obrigatoriamente a partir da segunda fase do Ensino Fundamental. O Ensino Religioso é uma área do conhecimento a ser ministrado no Ensino Fundamental, valorizando a diversidade religiosa do país.

A Educação Básica objetiva favorecer o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escritura e do cálculo; a interação com o ambiente cultural e social; a compreensão do sistema político, da tecnologia das artes e dos valores em que está fundamentada a sociedade brasileira; a aquisição de conhecimentos, habilidade e formação de atitudes e valores e, finalmente, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca na vida social (Art. 32, Lei 9394/96).

Conteúdos escolares

A proposta da Educação nacional acentua o reconhecimento da diversidade de identidades, valorizando o respeito, mas, sobretudo, observando o direito da especificidade dos brasileiros. A escola é compreendida como um dos espaços para colaborar na superação de todas as formas de discriminações e racismo. Para tal, as propostas pedagógicas e os regimentos escolares devem acolher, com autonomia e senso de justiça, o princípio da identidade pessoal e coletiva dos professores, dos alunos e de todos que convivem neste espaço social.

Esta compreensão da ação escolar refletirá nas comunidades em que estas instituições estão inseridas. Por meio de seu calendário escolar e atividades curriculares e extracurriculares, promoverá uma ampla reflexão sobre a consciência democrática nacional, pois as múltiplas formas de diálogo contribuem para a construção de identidade afirmativa, presente e capaz de protagonizar ações solidárias e autônomas de constituição de conhecimento e valores fundamentais para vida cidadã, já que o processo educacional é indissociável da relação entre conhecimentos, linguagens e afetos constituintes dos atos de ensinar e aprender, concretizado nas relações entre as gerações.

No processo de apropriação do conhecimento pelos alunos e professores é preciso estabelecer o diálogo entre o sujeito e os saberes do espaço que ocupa, considerando que as emoções e o contexto estabelecem uma interdependência para reflexão e os procedimentos de problematizarão, observação, registro, crítica e análise. Todo esse encaminhamento está sustentado pelos princípios do direito da pluralidade de idéias, da estética, da sensibilidade, de uma política de linguagem, da ética e da identidade presentes em todos os trabalhos.

Os conteúdos não possuem em si mesmo a razão de existir, se simplesmente forem transferidos. No entanto, a organização das informações, definida por opções que superem o enciclopedismo, a memorização e a padronização, levará à problematização e à transposição do cotidiano comunitário.

rio. Já que a intenção é educar para formação de cidadãos informados e motivados a pensar criticamente, deve-se proporcionar um espaço em que os problemas sejam analisados e as soluções sejam propostas, aceitando assim as responsabilidades sociais decorrentes dessa perspectiva.

No processo de se estabelecer articulação dos conteúdos para favorecer a organização do conhecimento, três modalidades de conteúdos devem ser consideradas: os conteúdos conceituais que relacionam o saber sobre alguma coisa, ou seja, os fatos e princípios expressos por palavras significativas que produzem imagens mentais e promovem atividade cognitiva para ampliação dos significados; os conteúdos procedimentais que se referem ao saber fazer, ou seja, as técnicas de estudo, aos métodos investigativos, as estratégias e habilidades que possibilitam a execução de tarefas ou ações relacionadas à aprendizagem; e finalmente os conteúdos atitudinais que relacionam a maneira de ser e de se comportar como referência ao aprendizado dos conteúdos conceituais e procedimentais, podendo referir-se também a sentimentos, emoções, valores, normas de como prestar atenção respeitar, realizar tarefas, ser pontual fazer silêncio, cooperar, ajuda mútua, interesse e curiosidade.

Essa organização que considera a seleção dos conteúdos em vista da elaboração de um conhecer contribuirá para a ação do sujeito no espaço e no tempo que ocupa, pois a relação do diálogo do ser humano com a natureza, em um contexto cultural histórico, possibilita abrir novas perspectivas para o movimento contínuo da definição de conteúdo a ser estudado no espaço escolar.

Portanto, o planejamento curricular escolar assume uma perspectiva que favorece a formação da identidade pessoal e coletiva deste cidadão que por um período de sua vida frequenta a educação básica obrigatória. Garantir que os estudantes possam envolver-se e participar ativamente da sociedade como indivíduos críticos conduzirá a ações que visem uma formação integral, em que todas as suas dimensões sejam desafiadas, superando-se assim o simples acúmulo de informações.

Dessa forma, a proposta para este processo é a articulação de experiências e o estabelecimento de um processo de compreensão das informações, uma aprendizagem significativa, representando o meio pelo qual uma nova informação se relaciona a um aspecto relevante que o aluno conhece. Portanto, uma das primeiras fontes para escolher os temas para sala de aula encontra-se nas revistas, na televisão e outros meios que permitam “ganchos” dos conteúdos. A escola não pode ignorar o que se passa no mundo e a tecnologia da informação e da comunicação que impõem novas formas de relacionamento e articulação do conhecimento. Especialmente por compreendermos que não se aprende de uma única forma, já que possuímos linguagens e inteligências diversas que atuam de forma integrada e como sistema, permi-

tindo direcionar estratégias e jogos para aguçar sensibilidades e competências. Na realidade são propostas as seguintes inteligências:

Lógico-matemática: é a inteligência que determina a habilidade para o raciocínio dedutivo, para a compreensão de cadeias de raciocínios, além da capacidade para solucionar problemas envolvendo números e demais elementos matemáticos. É a competência mais diretamente associada ao pensamento científico e, portanto, a idéia tradicional de inteligência.

Lingüística: manifesta-se na habilidade para lidar criativamente com as palavras nos diferentes níveis da linguagem (semântica, sintaxe), tanto na forma oral como na escrita, no caso de sociedades letradas. Particularmente notável nos poetas e escritores, é desenvolvida também por oradores, jornalistas, publicitários e vendedores.

Musical: permite alguém organizar sons de maneira criativa, a partir da discriminação de elementos como tons, timbres e temas. As pessoas dotadas desse tipo de inteligência geralmente não precisam de aprendizado formal.

Espacial: é a capacidade de formar um modelo mental preciso de uma situação espacial e utilizar esse modelo para orientar-se entre objetos ou transformar as características de um determinado espaço.

Corporal-cinestésica: é a inteligência que se revela como uma especial habilidade para utilizar o próprio corpo de diversas maneiras. Envolve tanto o autocontrole corporal quanto à destreza para manipular objetos (sinestesia é o sentido pelo qual percebemos os movimentos musculares, o peso e a posição dos membros).

Pictórica: é a faculdade de reproduzir, pelo desenho, objetos e situações reais ou mentais. Também permite organizar elementos visuais de forma harmônica, estabelecendo relações estéticas entre eles.

Interpessoal: é a capacidade de uma pessoa dar-se bem com as demais, compreendendo-se, percebendo suas motivações ou inibições e sabendo como satisfazer suas expectativas emocionais. Esse é o tipo de inteligência ressaltada nos indivíduos de fácil relacionamento.

Intrapessoal: é a competência de uma pessoa para conhecer-se e estar bem consigo mesma, administrando seus sentimentos e emoções a favor de seus projetos. Enfim, é a capacidade de formar um modelo real de si e utilizá-lo para se conduzir proveitosamente na vida.

Existencial: é a compreensão integral do cosmos, do infinito e do infinitesimal, assim como a capacidade de dispor de referenciais das características existenciais da condição humana, compreendendo de maneira integral o significado da existência, portanto, da vida e da morte, o destino do mundo físico e psicológico e a relação do amor por um outro, pela arte ou por uma causa.

Cada inteligência parece ter sua própria seqüência de desenvolvimento, emergindo e florescendo em diferentes momentos da vida. A inteligência musical é a forma de talento humano que emerge mais precocemente; a razão disso é um mistério. A revelação de um grande talento musical na infância pode estar condicionada ao fato de tal inteligência não depender da experiência adquirida com a vida. Por outro lado, as inteligências pessoais requerem uma grande interação com as outras pessoas e o *feedback* delas antes de se tornarem bem desenvolvidas. Cada inteligência pode ser usada para bons ou maus propósitos, o modo como um indivíduo resolve usar sua inteligência dentro da sociedade é uma questão moral de fundamental importância. A maior parte das pessoas parece destacar-se em uma ou duas inteligências.

Projetos integrados

A compreensão do processo de aprendizagem infere no estabelecimento das intenções educativas que orientam a escola, a seleção dos componentes curriculares, os objetivos que pretendem alcançar com os estudantes. Em que a pedagogia da certeza é substituída por uma pedagogia da pergunta, numa leitura de investigação.

O professor, nessa proposta, assume uma nova perspectiva, de instigar seus alunos a questionar o cotidiano, a investigar novos elementos para construir o conhecimento, superando o processo de apenas repetir informações.

Outro elemento a ser revisto é o currículo entendido como um campo de conhecimento no qual influenciam decisões políticas, econômicas, sociais e culturais que interferem diretamente no processo do ensino-aprendizagem. Uma das propostas para este encaminhamento é a perspectiva de desenvolver estratégias envolvendo os estudantes desde suas experiências imediatas a ações mais complexas sobre a construção do conhecimento, de tal forma que o resultado obtido em uma pesquisa possa ser ampliado para outras áreas, globalizando esse conhecimento e favorecendo a interpretação do objeto conhecido.

Entendendo que a proposta para a educação básica é que o estudante enfrente novas situações, construa argumentações e elabore propostas há que se organizar o currículo escolar não por disciplinas acadêmicas, mas por temas e problemas nos quais os estudantes sintam-se envolvidos pela pesquisa no sentido de propor-se um pergunta problemática, procurando fontes de informações que ofereçam possíveis respostas para que depois aprendam a selecionar, ordenar, interpretar e tornar público o processo seguido.

A proposta dos projetos visa favorecer a criação de estratégias para organizar os conhecimentos escolares a partir de problemas ou hipóteses dos diferentes saberes disciplinares em conhecimentos próprios, favorecendo uma significatividade das informações.

O termo projeto significa arremessar, atuar para longe, delinear, planejar de forma organizada, visando o aprofundamento do conhecimento, para ampliar o saber encontrando novos aspectos sobre ele.

Um projeto é na realidade uma pesquisa ou uma investigação desenvolvida em profundidade sobre uma temática ou alguns aspectos que se pretende melhor conhecer. Esse trabalho pode ser realizado por pequenos grupos ou por toda a turma. Nessa perspectiva, o projeto escolar de pesquisa é uma atividade didática de ensino-aprendizagem organizada dentro dos princípios da metodologia da ciência, destinada a aprofundar uma temática pela aplicação de procedimentos específicos. Como o assunto escolhido funciona como um fio condutor de trabalho, extrapola os currículos escolares lineares, pois parte de informações, de interesse e de vivências dos alunos, promovendo a reflexão e a interpretação de dados em busca de um posicionamento sobre o tema estudado.

Para organizar o projeto é fundamental ter claro o interesse, a necessidade e a dificuldade motivadores de situações que promovam articulação de uma investigação que gere intenções de uma pesquisa para solucionar, esclarecer, determinar ou mesmo produzir algo. Portanto, é importante que a escolha dos temas seja articulada de forma objetiva, a partir de questões que possuam significatividade para os estudantes, favorecendo a utilização de informações provenientes de fontes e meios diferentes.

Neste conjunto, não é possível esquecer do processo avaliativo. Mais do que verificar uma resposta é fundamental estabelecer os critérios que sustentam este percurso. A tarefa educacional nas instituições escolares realiza-se mediante uma seleção, organização, análise de conhecimentos, crenças, valores e hábitos que são consequência de opções sócio-históricas, portanto a educação é um processo de significados considerados essenciais para compreender e participar do mundo no qual estamos inseridos, visando apreender estas relações. Interagindo com os diferentes objetos e com os colegas, os estudantes ressignificam os acontecimentos, as informações e vão progressivamente construindo diferentes conhecimentos que produzirão saberes para o seu cotidiano.

A educação no espaço escolar é compreendida de forma diferenciada, pois nesse encaminhamento operacional está a organização das disciplinas que passaram a ser assim denominadas a partir de 1910. A constituição das disciplinas foi na realidade um resultado de um processo da disputa entre os conhecimentos que deveriam fazer parte do currículo escolar. Com o de-

envolvimento das atividades econômicas esta organização curricular foi sendo alterada e determinada por novas necessidades, estas disciplinas são na realidade campos de conhecimento sistematizados academicamente e transpostos para o espaço escolar.

As disciplinas são organizações de campos do saber, com objetos e métodos que abordam os diferentes domínios do pensamento da arte e conhecimento, em que os conteúdos procuram colaborar na inserção dos estudantes em sua sociedade. Por sua vez esta organização é influenciada pelas diferentes concepções pedagógicas e compreensão de currículo. Neste contexto encontra-se a discussão do ensino de História, que por sua vez possui um caminho próprio que influencia na articulação dela como parte do currículo escolar.

Articulação de três áreas para estabelecer um projeto integrado: História, Geografia e Ensino Religioso

Estudar a História é rever os acontecimentos do passado da humanidade para podermos relacionar com o presente. Entretanto na escola este componente curricular foi utilizado como elemento doutrinador para reforçar e manter “valores” de interesse das classes dominadoras na sociedade. A História como disciplina escolar autônoma surgiu no século IX, na Europa, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e a construção das nações modernas, impregnadas pela necessidade formar a identidade nacional.

No Brasil a trajetória do ensino de História não foi tranqüila tanto em sua introdução na grade curricular, quanto na elaboração de seus programas. Enquanto disciplina foi efetiva com a criação do Colégio Pedro II (RJ) no final da regência de Araújo Lima (1837). Ela não nasceu isoladamente, foi criada simultaneamente com a História acadêmica, pois no mesmo ano da fundação dessa instituição de ensino foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Enquanto a escola visava formar os filhos da nobreza na corte do Rio de Janeiro e para o exercício do poder, cabia ao Instituto construir a genealogia nacional, no sentido de dar uma ideologia à nação brasileira.

Existe um detalhe importante que antecede a organização da disciplina História na escola secundária, é o papel deste componente curricular na escola elementar ou primária. No texto legislativo de 1827 sobre as instituições das primeiras letras, o objetivo era o de ler, escrever e contar. As questões históricas eram na realidade compreendidas como utilitárias, ou seja, a Constituição do Império Brasileiro e a História do Brasil eram lições de leitura, para incitar a imaginação dos meninos e fortificar o ensino moral, e por meio deste os o civismo e os deveres para com a Pátria e seus governantes.

A História estava vinculada à narrativa dos heróis para reforçar a identidade nacional das futuras gerações, eram como o aspecto profano relacionado às questões sagradas como o ensino da doutrina, moral católica e a história sagrada com a narração de santos. Este era o modelo pedagógico definido para educar os meninos que seriam os senhores da nobre sociedade.

Entretanto, com a República, a história veio corroborar na formação do cidadão, fortalecendo o espírito nacionalista, o ufanismo da terra pátria, o projeto de ensino como homogeneização da cultura histórica, ainda que vinculada à única percepção da elite branca como os olhos voltados para Europa. A memorização foi a tônica de todo este processo de aprendizagem e a principal capacidade exigida dos estudantes para obter o sucesso escolar, esta proposta está fundamentada em Ernest Lavissee, cuja obra didática serviu de modelo para a produção pedagógica nacional que pretendia desenvolver a inteligência das crianças por intermédio da capacidade de memorizar

A partir dos anos trinta, surgiu a proposta de Estudos Sociais em substituição à História, Geografia e ao Civismo para as escolas primárias. Influenciada pela entrada dos estudos psicológico do desenvolvimento das crianças, onde os temas eram organizados de forma progressiva e inspirados na proposta das escolas norte americanas, visava a integração do indivíduo na sociedade, devendo os conteúdos desta área auxiliar a inserção do aluno de forma amigável em sua comunidade.

Os Estudos Sociais pretendiam atender aos problemas da chamada sociedade moderna. Esta proposição estava sustentada pelos estudos de Herbart e Dewey. Propondo que a inteligência infantil em sua fase concreta deveria ser estimulada pela observação e descrição do meio local, a partir desta concepção os conteúdos passaram a ser estruturados em círculos concêntricos, estudos que partem do mais próximo para o mais distantes. A História era como um apêndice da Geografia e da Educação Moral e Cívica, que forneciam informações sobre administração institucional, os símbolos pátrios, líderes e grandes acontecimentos nacionais. Essa orientação foi assumida pelo governo militar nos anos setenta.

A partir dos anos noventa, assistimos uma transformação nos currículos escolares, compreendendo a educação no contexto político-social e inserida na relação na identidade das disciplinas, especialmente em consequência da nova ordem política do país. Progressivamente existe um esforço para relacionar essas áreas do conhecimento não apenas no ensino ou na aprendizagem, mas em ambas as perspectivas.

Sintetizando, podemos dizer que o ensino de História foi sempre uma relação de poder inserido em um primeiro instante na luta da burguesia por uma escola pública, laica e obrigatória. Este movimento culminou na chamada revolução positivista que legitimou para a História seu campo de atuação e sua metodologia.

Apenas em 1860 é que se iniciou a sistematização da História brasileira, pois até então o foco era a Europa. A república compreendeu nessa disciplina a formação da cidadania e nacionalidade. Com a criação dos Estudos Sociais, a História perdeu o valor para a formação dos estudantes, contribuição recuperada nos anos oitenta, com amplas discussões no campo da epistemologia desse conhecimento, reconquistando sua autonomia e presença no currículo escolar brasileiro.

De forma geral, nesse percurso de compreensão de modalidade pedagógica do ensino de História, encontramos que as primeiras informações que chegam aos alunos tratam da trajetória dos portugueses ao chegarem ao Brasil, ignorando o que antes existia neste país. O objetivo dessas aulas é quase sempre o mesmo, apresentar os heróis e as datas “fundamentais” e as conquistas da “sociedade brasileira” desde o descobrimento. Os conflitos promovidos pelos movimentos populares cujos líderes não são identificados e a trajetória silenciosa da população em seu cotidiano não são lembrados.

A raiz de toda esta história encontra-se, sem dúvida, junto aos invasores e ao poder da Igreja Católica que apoiou a posse das terras pelos colonizadores deste território, que utilizando a espada e a cruz “convenceram” os indígenas das vantagens de uma “vida civilizada”. Durante séculos esse pensamento cristão influenciou toda a prática pedagógica tanto para os que podiam estudar, como para os que apenas recebiam informações elementares, o sacerdote era confundido com a figura do saber. Mesmo depois que o Marquês de Pombal tentou laicizar o ensino, foram mantidos os moldes educacionais implantados pelos padres colonizadores.

Mais tarde, com o desenvolvimento industrial e a formação de um operariado desejoso de interferir no processo político do país, contribuindo para a divulgação das idéias liberais, a escola tornou-se um esforço para a socialização desta formação e ao mesmo tempo foi vista como lugar de formação do eleitorado. Na primeira metade do século XX, conviveram os pensamentos liberal e religioso, ambos tentando estruturar o perfil da educação no país. O primeiro buscando um caminho para o ensino público e gratuito e o segundo querendo manter as bases religiosas introduzidas pelos jesuítas.

Os esforços de ampliar a rede oficial de ensino começaram a ser concretizados à medida que a demanda popular por educação adquiria um caráter político, assim como com o crescimento do operariado e das populações urbanas trouxeram a necessidade de leitura e escrita. A organização da rede oficial de ensino na década de trinta foi bastante influenciada pelo “Manifesto dos Pioneiros” (1932) que deu origem ao movimento da Escola Nova. Neste percurso, por influência de novas teorias da educação, existe a busca de superar as perspectivas cristã e liberal de educar.

O ensino de História deve partir do pressuposto de que o educando deve também colaborar no processo de reinterpretção do passado para uma compreensão do que está sendo realizado hoje na educação e no país. A evolução do pensamento crítico articula-se com a entrada de pesquisas em psicologia da educação no Brasil. Assim foi aprofundada a preocupação com o desenvolvimento cognitivo, físico e afetivo da criança, com um severo questionamento dos conteúdos e estratégias desenvolvidos no cotidiano escolar.

A História como história de todos os seres humanos e não somente dos heróis, incluindo a contribuição histórica, econômica, cultural e social das comunidades, favorece a análise dos fatos históricos e contribui para a construção da cidadania. Favorece também a aquisição da capacidade de análise da relação entre presente e passado, apreensão da pluralidade, mesmo das chamadas “minorias”. É o espaço em que o professor assume o papel de intermediário entre o aluno e o conhecimento no percurso da produção do saber histórico.

Os recortes dos conteúdos ocorrem a partir da seleção dos conceitos que pretendem ser desenvolvidos ou escondidos. Exemplo disso são os objetivos estabelecidos em 1945 para o ensino de História. Dizia-se que essa disciplina deveria dar aos estudantes a capacidade de compreender os grandes acontecimentos segundo as condições gerais da época em que se verificaram, assim como descrever as instituições sociais, políticas e econômicas em diversas épocas, comparando-as entre si; esclarecer as diferentes concepções de vida de outros povos e outras épocas, alargando por essa forma o espírito de tolerância e compreensão humana; esclarecer e fortalecer os sentimentos de civismo dos direitos e deveres das novas gerações para com a pátria e a humanidade.

Os programas posteriores à queda de Getúlio Vargas, como a elaboração da LDB 4.024/61, não conseguiram fugir das concepções pragmáticas que pretendiam formar o cidadão nos modelos dos interesses do Estado. A americanização do currículo promulgada em um contexto histórico buscava adestrar a mão-de-obra para essa mesma indústria iniciada claramente em um processo de tecnização na formação escolar.

Nessa construção do ensino de História e com a influência dos estudos pedagógicos, nasceu a preocupação de uma articulação da história individual dos alunos com a história coletiva dos grupos, classe e sociedade. Sendo um dos objetivos da História proporcionar aos alunos compreenderem o processo histórico de sua comunidade, relendo cotidiano da sociedade em que está inserido, colabora-se assim na formação do indivíduo comum que enfrenta situações contraditórias como a violência, desemprego, greves e outros aspectos.

A preocupação com o estudo dos fatos é uma marca da História, que nos impede de ser neutros diante dos acontecimentos. Mesmo os que afirmam não tomar parte, ao apresentar o conteúdo histórico, estão sendo parciais. Podemos estudar esses fatos na perspectiva do invasor ou do invadido, mas o importante é ter clara a ótica que estamos estudando. O europecentrismo é um contínuo nos livros de História, pois nem sempre as pesquisas nacionais chegam aos livros, o que de certa forma influencia a formação dos professores, especialmente dos que atuam nas séries iniciais. Ainda persiste a ênfase em datas comemorativas e questionários que orientam o conteúdo a ser estudado, causando um hiato entre os segmentos escolares da educação básica.

Um aspecto importante para compreensão do processo histórico é a compreensão do contexto social em que os fatos e os indivíduos estão inseridos, já que o ser humano reconstruiu o seu espaço e sua ocupação interfere na formação cultural das comunidades. É importante não apenas estudar este percurso histórico, mas saber preservá-lo, dessa forma podemos dizer que a sala de aula não é apenas um lugar de transmissão, mas de criar relações, dar sentido a uma história que é recontada, favorecendo compreender o presente no passado.

Uma das propostas para a organização da disciplina de História é o trabalho a partir da história local, visando inserir o aluno na comunidade da qual faz parte, criando sua historicidade e identidade. Essa proposição colabora na formação de atitudes investigativas criadas com base no cotidiano do estudante. Além de ajudá-lo a refletir acerca do sentido da realidade social como estratégia pedagógica, colabora no processo de construir análise dos diferentes níveis de seu contexto como econômico, político, social e cultural. O trabalho com espaços menores facilita o estabelecimento da compreensão de continuidades, mudanças, conflitos e permanências.

Nessa perspectiva, compreendemos que a transposição didática do saber histórico para o saber escolar pode ser vista como estratégia pedagógica, tratando-se de uma forma de abordar aprendizagens na construção e compreensão do conhecimento histórico com proposições que possam ser articuladas com os interesses dos alunos. Suas aproximações cognitivas, experiências culturais possibilitam o desenvolvimento de atividades vinculadas diretamente à vida cotidiana. Portanto, como estratégia de aprendizagem a história local pode garantir uma melhor apropriação do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com o interesse de recortes de conteúdos que serão integrados no conjunto dos conhecimentos. Ou seja, adotar metodologias de investigação que instiguem o estudante a compreender o espaço próximo, para que possa ser ampliado e visto nas múltiplas relações que são articuladas aos fatos próximos, leva ao entendimento das relações regionais, nacionais e mundiais da sociedade.

Outra proposta é a História temática que são recortes do cotidiano. A produção dos significados ocorre na compreensão de como as limitações são sempre transgredidas pela invenção. O autor é reconhecido como detentor de uma propriedade imprescindível sobre as obras que exprime seu próprio gênero, em que a leitura é sempre uma apropriação, produção de significados.

Independente da proposta metodológica no ensino de História, é importante a fidedignidade às fontes, mostrando com respeito os fatos, trabalhando a partir da observação dos alunos e de seu cotidiano, com atenção aos conceitos de espaço e tempo básicos para o estudo da história, dialogando entre a cultura e os indivíduos.

A Geografia, como as demais ciências, reflete e age conforme a tendência do pensamento predominante no tempo e no espaço. É a ciência que estuda, analisa e tenta explicar para conhecer o espaço produzido pelo ser humano, e enquanto material de ensino, permite que o aluno se perceba como participante do espaço que estuda e que os fenômenos que ocorrem são resultados da vida e do trabalho das comunidades. Na escola, tem a finalidade de formação de modos de pensar geográfico por parte dos estudantes, levando as pessoas em geral a compreender a ocupação espacial pelas comunidades. O raciocínio espacial é importante para a realização das práticas e políticas sociais do cotidiano, pois é parte da formação dos cidadãos. Portanto, ao explicitar a organização e as ações do homem em relação ao meio em que vive ou almeja, permite a compreensão da organização espacial do mundo em diferentes épocas.

Abordar situações que provoquem a reflexão sobre as mudanças no espaço e na vida das pessoas é entender o espaço geográfico e buscar evidências para compreender os diferentes lugares no planeta em que vivemos. Isso pode e deve ser feito na escola, evitando-se a redução da Geografia a um espaço fragmentado que não privilegia a análise e que a limita a uma descrição dos aspectos físicos da natureza.

O espaço geográfico deve ser avaliado sob a ótica das relações sociais, políticas e econômicas vigentes nos diferentes momentos de evolução da humanidade. Assim, o ensino da cartografia colabora na compreensão do espaço. Saber localizar é uma necessidade dos tempos, para tal é muito importante trabalhar os conhecimentos prévios dos alunos, considerando as representações sociais dos alunos em seu cotidiano e entendendo-os como sujeitos ativos do processo.

Os conteúdos de Geografia devem ser vistos como parte de instrumentos que podem contribuir para a qualificação necessária das práticas sociais e a participação dos alunos nas comunidades. Como já foi mencionado, o uso dos mapas favorecem aos estudantes localizar os diferentes fenômenos, pois os mapas são representações codificadas de um determinado espaço, o

que demanda uma alfabetização específica. O objeto de estudo geográfico na escola é, pois, o espaço social.

O Ensino Religioso foi historicamente colocado na escola dentro de um projeto religioso visando salvaguardar a presença da Igreja Católica perdida com a Proclamação da República. Durante a colônia e o império brasileiro, por meio do regime do padroado (vínculo entre Igreja e Estado), essa presença era garantida por lei. Na Constituição de 1931 ficou determinado que a presença do Ensino Religioso seria obrigatório para a escola e facultativo para o aluno, estando as questões organizacionais escolares sob a responsabilidade do governo e o conteúdo, a escolha dos livros, assim como a doutrina e moral dos professores, às autoridades religiosas.

Desde a primeira legislação republicana não ficou definida uma única religião, pois o Brasil já havia reconhecido a diversidade religiosa, permitindo que os diferentes cultos aqui se estabelecessem. No entanto, o problema é mantido: uma cultura de que o Brasil possui uma religião oficial, o que não é verdadeiro.

A concepção do Ensino Religioso, mantido até o texto original do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, é de que esse componente curricular deveria ter um perfil relacionado às Tradições Religiosas e não com uma identidade pedagógica. Por esse motivo, era a única disciplina submissa a dois senhores: autoridades escolares e autoridades religiosas, permitindo que a escola fosse espaço de contínuo proselitismo. Confirmado não como espaço da escola, mas como espaço de missão religiosa, inúmeras famílias discordam da participação de seus filhos, pois o professor age como um missionário, visando a conversão de crianças e jovens em um país que veta toda e qualquer forma de discriminação, inclusive a religiosa.

Nos anos noventa existiu em diferentes Estados da Federação, a partir do Paraná e Santa Catarina, um movimento de repensar o Ensino Religioso a partir da escola. Procurou-se compreender a importância de que os brasileiros pudessem olhar e ter alegria de verificar a diversidade religiosa desta nação, considerando também os que não crêem ou não participam de uma instituição religiosa e que, ao mesmo tempo, permitisse que as novas gerações pudessem ler no cotidiano um aspecto presente em nossa história, a influência e a inferência do religioso como, por exemplo, o nome das pessoas e das ruas, os feriados etc. Disciplinas como as de História e Geografia ajudam a construir os pressupostos da presença religiosa no país.

Foi a partir dessa leitura, compreendendo o Brasil que não possui uma religião oficial, mas que permite a presença plural das Tradições Religiosas que deveria ser harmoniosa e que disputassem politicamente o poder para alcançarem privilégios, como nossa história demonstra, que professores optaram por repensar uma identidade pedagógica para o Ensino Religioso neste

país. É preciso esclarecer e renovar o conceito dessa área do conhecimento como propõem os Parâmetros Curriculares Nacionais. Nessa construção, o Ensino Religioso, assim como as demais áreas do conhecimento, é um marco estruturado de leitura e interpretação da realidade e, portanto, essencial para garantir a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de forma autônoma. Para tal, possui uma linguagem própria, favorece a compreensão do fenômeno religioso na sociedade e deve possibilitar ao estudante enfrentar situações em seu cotidiano, a partir da construção de argumentações elaborando propostas para sua comunidade, seja família, escola, associações e outras da qual participe.

O objetivo proposto para o Ensino Religioso para este componente curricular nos Parâmetros Curriculares Nacionais é o de valorizar o pluralismo e a diversidade cultural presente na sociedade brasileira, facilitando a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacente, o processo histórico da humanidade. Por isso necessita:

- propiciar o conhecimento dos elementos básicos que compõem o fenômeno religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando;
- subsidiar o educando na formulação do questionamento existencial para dar sua resposta devidamente informada;
- analisar o papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais;
- facilitar a compreensão do significado das afirmações e verdades de fé das tradições religiosas;
- refletir o sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano;
- possibilitar esclarecimentos sobre o direito à diferença na construção de estruturas religiosas que têm na liberdade o seu valor inalienável.

É importante lembrar que os PCN, resultado de inúmeras e significativas reflexões, não são documentos oficiais, mas contribuem na orientação dos diferentes componentes curriculares. Nesse cenário, é construída uma nova possibilidade para o diálogo e aprofundamento desse componente currículo, ou seja, a possibilidade de professores e pesquisadores discutirem não apenas o inter-religioso, mas a didática do Ensino Religioso.

O Ensino Religioso que nasceu nos acordos “político-religioso” procura assumir uma identidade escolar, entre os instrumentos encontra-se a revista *Diálogo*, que periodicamente aborda os mais diferentes aspectos no conteúdo, na dinâmica e na história de um componente curricular, aproximando

leitores das mais diversas regiões deste país para ajudar no amadurecimento de um componente pedagogicamente construído nos currículos brasileiros.

A disciplina do Ensino Religioso, instituída pela LDB 9394/96 art. 33 (nova redação LDB 9475/97), visa refletir sobre as diferentes manifestações do sagrado na esfera social e nas implicações humanas decorrente das relações entre os indivíduos. É preciso partir de uma concepção de educação que entenda a formação do educando como um processo integral, de uma visão de totalidade que reúne todos os níveis de conhecimento, dentre os quais está o aspecto religioso, como aponta a LDB 9394/96 em seu art. 32. Só assim será possível compreender a razão de ser do Ensino Religioso.

Para que esta disciplina se constitua no espaço escolar, é necessário que o professor compreenda alguns pressupostos básicos inerentes a ela, tais como:

- a articulação do Ensino Religioso no Projeto Político-Pedagógico da escola;
- o respeito do professor e demais membros da comunidade escolar pelas diferentes expressões religiosas dos alunos;
- o reconhecimento de que a linguagem pedagógica é a linguagem própria da escola;
- a necessidade de oportunizar o conhecimento, a discussão, a reflexão diante dos fenômenos religiosos sociais da comunidade;
- a liberdade de expressão como direito constitucional de todo cidadão brasileiro;
- o reconhecimento das diferentes manifestações do sagrado como patrimônio cultural;
- a função social da escola e a mediação entre o conhecimento científico construído pela humanidade.

O professor possui elementos técnicos-científicos oriundos de sua formação inicial e/ou continuada. Diante disso, necessita em seu planejamento na disciplina do Ensino Religioso, considerar os anseios da comunidade onde sua escola está inserida e as reais necessidades de seus alunos diante do objeto de estudo da disciplina (o sagrado), as bases teóricas, a seleção de fontes, bem como a organização dos conteúdos no currículo escolar expressos no Projeto Político-Pedagógico, assim sendo, esta se constituirá como formação cidadã e tomada de consciência diante da necessidade atual de superação de toda barbárie.

Considerações Finais

O *ethos* cultural que toda sociedade possui lhe confere um caráter todo particular e fundamenta toda a sua organização, seja ela política, social ou religiosa. E, a partir da compreensão desse *ethos*, podemos contribuir para que as novas gerações se relacionem de maneira crítica quanto às novas realidades que lhes são propostas como o individualismo, o descartável, a experiência religiosa sem instituição etc.

Uma disciplina é uma maneira de delimitar o território de trabalho, concentrando as pesquisas e experiências dentro de um determinado ângulo de visão. Portanto cada disciplina nos oferece uma imagem particular da realidade, caracterizada por objetos observáveis e/ou formalizados, ambos manipulados por meios de métodos e procedimentos; fenômenos que são materializados na interação entre os objetos e leis que dêem conta dos fenômenos que permitam prever suas operações.

As transformações nas disciplinas são causadas fundamentalmente por dois tipos de situações, uma maior delimitação e concretização dentro dos conteúdos tradicionais de campo disciplinar já estabelecido e uma integração ou fusão entre parcelas de disciplinas diferentes, mas que compartilham suas parcelas diferenciadas.

Progressivamente a escola valoriza a pluralidade cultural, constituindo uma nova perspectiva de ensino que norteia as opções pedagógicas e políticas que privilegiam a diversidade do patrimônio etnicocultural, cultivando atitudes de respeito para com os grupos que formam as comunidades, compreendendo a memória coletiva, valorizando as diversas culturas, repudiando todas as discriminações sejam elas sociais, étnico-racial, gênero ou mesmo religiosa.

Ou seja, a identidade nacional pode ser compreendida como uma construção resultante de um processo que atribui significados e sentidos a uma comunidade imaginada. Esse processo é contínuo e sujeito a numerosas intervenções. Ao longo da escolarização das crianças e adolescentes é proposto que temas como trabalho, sociedade e cultura sejam articulados para colaborar na formação da identidade nacional desses sujeitos do conhecimento. Para tal, a interdisciplinaridade nas ciências sociais permite a compreensão do espaço e tempo que o ser humano ocupa e produz novas relações.

O ato de conhecer é um direito e um desejo. O desejo de conhecimento estabelece-se por meio da necessidade de se compreender as diferentes formas de viver no mundo, de respostas aos problemas, do incentivo à curiosidade e à investigação. Nesse sentido, a escola pode ser

apenas reprodutora na medida em que trabalha determinados conhecimentos produzidos e acumulados pelo mundo científico. Contudo, pode ser transformadora quando promove uma apropriação crítica desse mesmo conhecimento, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da sociedade global e ajuda na construção de uma relação libertadora com o conhecimento.

O conhecimento histórico contribuirá para a construção da identidade social e para a valorização da pluralidade sociocultural. Aprender e ensinar História constitui ação por meio da qual professores e alunos ampliam a capacidade de compreender a sociedade da qual fazem parte. Nesse contexto, apreender a linguagem e os conceitos colabora no estabelecimento das relações do cotidiano narrado por esta área do conhecimento.

O conhecimento geográfico mostrará como se encontram divididas em espaços e territórios as alternativas de vida nas diferentes regiões e as transformações que o homem opera nesses espaços. E visto sob a ótica das relações econômicas, sociais e políticas existentes na região, e entre os países, despertará o espírito crítico do aluno, levando-o a contínuas comparações, associações e reflexões.

O conhecimento religioso buscará a compreensão desse sujeito, no sentido de orientá-lo eticamente em sua postura diante da vida, do outro e do Transcendente. Propiciar na sala de aula a oportunidade de discussão e reflexão dos alunos, sobre a identificação, o entendimento, o conhecimento e a aprendizagem em relação às diferentes manifestações do sagrado na sociedade favorecerá o respeito e reconhecimento à diversidade cultural, repudiando o preconceito e discriminações diante das especificidades de diferentes expressões cultural-religiosas, de direito constitucional de todo cidadão brasileiro. Portanto a disciplina do Ensino Religioso, tendo o sagrado como objeto de estudo e suas diferentes manifestações no coletivo, relaciona-se aos diferentes fenômenos religiosos existentes e contextualiza o universo cultural dos indivíduos.

Assim, de forma interdisciplinar, com estratégias que considerem esse novo perfil de indivíduos, imaginemos uma turma, mesmo na maioria formada por uma única tradição, que pudesse junto com o professor refletir sobre a diversidade sociocultural e reverenciar os que compreendem o mundo de forma diferente do que aprenderam, pois ocupam espaços geográficos diferentes. Esta é a conquista construída, ou melhor, em construção, por pessoas que acreditam na responsabilidade de todos os cidadãos brasileiros.

Referências

ALMEIDA, R.; PASSINI, E. **O espaço geográfico: ensino e representação**. São Paulo, SP: Contexto, 1999.

ANTUNES, C. **A sala de aula de geografia e história: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competências no dia-a-dia**. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **Como desenvolver conteúdos explorando as inteligências múltiplas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Como transformar informações em conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Um método para o ensino fundamental: o projeto**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ARANHA, M. **A História da educação**. São Paulo, SP: Moderna, 1989.

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira**. São Paulo, SP: Melhoramento: Edusp, 1971.

BECKER, F. **A epistemologia do professor: o cotidiano da escola**. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 130.

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (USP) Comissão de Direitos Humanos. In: FERREIRA, F. **Liberdades Públicas**. São Paulo, SP: Saraiva, 1978.

BRAIDO, P. **Lineamenti di Storia della Catechesi e dei Catechismi** (Dal “tempo delle riforme” all’età degli imperialismi: (1450-1870). Leumann (To): Elle di Ci, 1991.

CAMBI, F. **Storia della pedagogia**. Roma: Laterza, 1995.

CARLOS, A (Org.); DAMNIANI, A; FONSECA, F; ALVES, G; OLIVA, J; BARBOSA, J; VESENTINI, J; ANDRADE, M; SIMIELLI, M. **A geografia na sala de aula**. São Paulo, SP: Contexto, 1999.

CAVALCANTI, L. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

_____. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000.

CHAGAS, V. **Educação brasileira: o ensino de 1.º e 2.º graus**. São Paulo, SP: Saraiva, 1980.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. São Paulo, SP: UNESP, 2002.

CICERONE. **La natura divina**. 4. ed. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1998,

CLEMENTE DE ALEXANDRIA. **O Pedagogo**. In: Gloria, M. A história da educação através dos textos. São Paulo: Cultrix, 1985.

COLL, C; MARTÍN, E & Colaboradores. **Aprender conteúdos & desenvolver capacidade**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

COSTA, E. **Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil**. In: Manuel Nunes Dias et alii. Brasil em perspectiva. Difel, São Paulo, 1968.

DAWBOR, L; IANNI, O; REZENDE, P. (Org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUTRA, L. **Epistemologia da aprendizagem**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FAGALI, E. **Psicopedagogia institucional aplicada: a aprendizagem escolar dinâmica e construção na sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 1993.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. Audiência Pública no Conselho Nacional de Educação. Brasília: Mimeo, 1998.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. Referencial Curricular para a proposta pedagógica da escola. Curitiba: FONAPER, 2001.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979,

GERALDI, Corinta Maria Grisolla; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de ^a-A (Org.) **Cartografias do trabalho docente**. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

GEVAERT, J. **Antropologia catechética**. UPS: Roma, 1995.

GONÇALVES, L. A. O. **Currículo e políticas públicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GRANELL, Carmen Gómez; VILA, Ignácio (Orgs.). **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo, SP: Grijalbo/Edusp, 1972.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HERNÁNDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação. **Os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio, 1984.

JUNQUEIRA, S. **O processo de escolarização do ensino religioso**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LARROYO, F. **História Geral da Pedagogia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982. v. 1.

_____. _____ . São Paulo, SP: Mestre Jou, 1974. v. 2.

LEI 9.394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, DF: Mec, 1996.

LEITE, A. **Cores-furos**: material concreto na linha de Piaget. São Paulo, SP: Manole, 1989.

LÓPEZ, Daniel; PEIRA, Virginia; KLAINER, Rosa. **Diálogos com crianças e jovens**: construindo projetos educativos em e para os Direitos Humanos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MANCORDA, M. **História da educação**. São Paulo, SP: Cortez, 1989.

MARTINS, Jorge Santos. **O trabalho com projetos de pesquisa**: do ensino fundamental ao ensino médio. Campinas: Papirus, 2001.

MARTINS, Jorge Santos. **Projetos de pesquisa**: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula. Campinas: Autores Associados, 2005.

MESLIN, M. **A experiência humana do divino**: fundamentos de uma antropologia religiosa. Petrópolis: Vozes, 1992.

MONROE, P. **História da educação**. São Paulo, SP: Nacional, 1987.

MOREIRA, Marco Antonio; BUCHWEITZ, Bernardo. **Mapas conceituais**: instrumentos didáticos, de avaliação e de currículo. São Paulo, SP: Moraes, 1987.

OLIVEIRA, Arioaldo et al. **Para onde vai o ensino de geografia?** 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 1990.

OLIVEIRA, F. **A experiência de Deus**. Pelotas: Educat, 1997.

ONTORIA, Aet al. **Mapas conceituais**: uma técnica para aprender. 2. ed. Porto: ASA, 1999.

PASSINI, Elza Yasuko. **Alfabetização cartográfica e o livro didático**: uma análise crítica. Belo Horizonte: Lê, 1994.

PENTEADO, Heloísa Dupas. **Metodologia do ensino de história e geografia**. São Paulo, SP: Cortez, 1994.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino médio**. São Paulo, SP: Ática, 2002.

PIMENTEL, Maria da Glória. **O professor em construção**. Campinas: Papyrus, 1993

PORTELLA, Rosalva; CHIANCA, Rosaly Maria Braga. **Didática de estudos sociais**. São Paulo, SP: Ática, 1999.

PRELLEZO, J. **Educazione e pedagogia nei solchi della storia**. Torino: SEI, 1995. v. 2.

_____. _____. Torino: SEI, 1995. v. 3.

SANTOMÉ, J. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo / razão e emoção**. 3. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a natureza e especificidade da educação: pedagogia histórico-crítico: primeiras aproximações**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez e Autores Associados, 1992.

SCHLESINGER, H.; PORTO, H. **Dicionário enciclopédico das religiões**. Petrópolis: Vozes, 1995. v. 2.

STRECK, D. **Correntes pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 1994.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1968.

VALLE, E. Experiência religiosa: enfoque psicológico. In: GORGULHO, G (Org.). **Religião ano 2000**. São Paulo, SP: Loyola, 1998.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

WACHS, M. Ensino religioso, uma cooperação interconfessional. **Cadernos de Estudo**, v. 31, p. 11-17, 1996.

ZILLES, U. **Filosofia da religião**. São Paulo, SP: Paulinas, 1991.

Recebido em: 27 de outubro de 2006.

Aprovado em: 7 de novembro de 2006.